1989 - Cem Anos de República

Tácito Theophilo G. de Oliveira

Ao findar o Século XIX, enchia-se o Brasil de esperanças. Sob o ponto de vista social, a grande conquista fora a abolição da escravatura, que o elevava ao rol das Nações civilizadas.

A conseqüência imediata foi a expansão das idéias republicanas. Não tardaria muito e a Monarquia chegaria ao seu término, com a Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889.

A mudança radical no enfoque do problema político-social, deixava a Nação confiante no seu futuro. Era mais um grande salto. Tínhamos assistido a Independência, implantado uma Monarquia e adotado uma organização política, tudo à mercê dos acontecimentos. O povo, porém, deseducado e alheio não se manifestava. A opinião pública expressava as idéias e anseios de uma diminuta elite rural politizada, que se conservava intocável em seus direitos, predicados e defeitos. Mesmo assim, o fim do Século apresentava uma feliz perspectiva do Século XX que se avizinhava.

Difícil não foi a Proclamação da República. A idéia vinha sendo acalentada desde a colonização; chegara a reunir o nordeste numa sonhada Confederação e tomara laivos separatistas, no sul. Com o término da Guerra do Paraguai, da qual participáramos ao lado de duas Repúblicas irmãs, difundiram-se os ideais abolicionistas e republicanos. À crise econômica, conseqüente da libertação dos escravos, veio somar-se a questão militar.

A queda do Gabinete Conservador foi seguida da escolha de um Gabinete Liberal, chefiado por Ouro Preto, que teve o cuidado de nomear Oficiais Generais do Exército e da Marinha, veteranos do Paraguai, para as Pastas militares, o que não evitou um incidente disciplinar e manifestações da tropa.

A mocidade militar abraçava as novas idéias. Poucos admitiam a possibilidade de um Terceiro Reinado. Benjamin Constant, republicano, professor da Escola Militar, aproveitando a visita de Oficiais Chilenos enveredou, ao saudá-los, por um discurso político. Exaltavam-se os ânimos e se passou a conspirar no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Dias mais tarde, a 9 de novembro, enquanto se realizava o Baile da Ilha Fiscal, reuniam-se no Clube Militar os Oficiais e confiavam a Benjamin Constant a tarefa de coordenar a ação militar. Neste sentido, seu primeiro passo, foi procurar o Marechal Deodoro da Fonseca, a fim de expor a situação e convidá-lo para chefiar o movimento. Para tanto, ligou-se a Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva e os levou à casa do Marechal, na noite de 11, onde também se reuniram Francisco Glicério, Rui Barbosa e o Maj. Solon Sampaio.

Prepara-se o levante para o dia 20, quando se instalaria a Assembléia Geral; antecipa-se para 17. Temendo represálias do Governo e a prisão de Deodoro, propõem, Quintino e o Maj. Solon, nova antecipação do movimento.

Na madrugada de 15 de novembro, levantam-se as Unidades da 2ª Brigada, em São Cristovão. Deslocam-se em coluna o 1º Regimento de Cavalaria, os Oficiais da Escola Superior de Guerra, o 2º Regimento de Artilharia a Cavalo, com suas 16 peças, seguidos do 9º Regimento de Cavalaria (a pé) e de carretas de munição.

Deodoro, que vinha de casa em carruagem, encontra a tropa depois do Gasômetro e, montando a cavalo, coloca-se à sua testa. E marcha.

Informado do que ocorria, Ouro Preto dirige-se ao Arsenal de Marinha e prossegue para o Quartel General, onde reúne o Gabinete e organiza a defesa colocando sob o comando do Gen. Almeida Barreto a Polícia Militar, os Imperiais Marinheiros, os Fuzileiros Navais e a tropa do Exército presente no local, pois o 10º Batalhão de Infantaria fôra mandado para a Lapa, a fim de barrar a Escola Militar.

Ao chegar ao Campo de Santana, Deodoro recebe a adesão da tropa que defendia o Quartel General. As 16 peças de artilharia entram em posição, apoiadas pela infantaria e a cavalaria. O 10º BI, na Lapa, aderiu ao movimento e foi, com a Escola Militar, juntar-se à tropa. Ouro Preto indaga de Floriano Peixoto, Ajudante Geral, por que não toma

os canhões, como ocorria na Guerra do Paraguai. Definindo sua posição, responde que lá era diferente: "aqui todos são brasileiros".

Deodoro destaca-se da tropa, avança, entra no Quartel General e é aclamado. Apea-se. Entende-se com Ouro Preto. Depõe o Gabinete. Retira-se. Torna a montar. À frente da tropa, desfila pela rua do Ouvidor, vai até o Arsenal de Marinha.

O que acontecera? Uma revolta, uma Parada Militar, uma simples deposição de Gabinete? Pouco se sabia. Nada se disse. Passaram-se as horas. O Imperador ainda convocou Ouro Preto e pensou organizar novo Ministério. Só à tarde, José do Patrocínio e Lopes Trovão, reuniram os Vereadores e a Câmara, lavrou em ata a Proclamação da República.

Discute-se muito a atitude de Deodoro. Teria querido, apenas, derrubar o Ministério? Desejava a permanência do Imperador? Ganha tempo, vê os acontecimentos se precipitarem e, finalmente, atende aos anseios dos republicanos civis e militares. Assume o Poder. À noite organiza o Governo Provisório e pelo Decreto nº 1 declara proclamada a República Federativa.

A República, nos seus primeiros ensaios, sem o querer, ou querendo, imitava a Monarquia. Isto foi bom, porque a mudança brusca exigia tempo para preparar a organização republicana. As leis importadas do exterior não se adaptavam à realidade brasileira. Velhos hábitos tinham que ser abandonados. Entre os que queriam pressa, era freqüente ouvir-se dizer que aquela "...não era a República de nossos sonhos".

Mas, graças à implantação suave do regime e à saída do Imperador e da Família Real para a Europa, na madrugada do dia 17, processou-se tranqüila a posse do Governo Provisório e de seus Ministros, bem como as dos Presidentes dos Estados.

A Comissão encarregada de apresentar o Projeto da Constituição, inspirada na dos Estados Unidos, entregou seu trabalho em maio de 90. Procedeu-se, então, a eleição do Congresso Constituinte que, ao fim de três meses, promulgou a Constituição, a 24 de fevereiro de 1891. O regime adotado foi o Presidencialista. O Presidente, eleito diretamente pelo povo, escolhia seus Ministros. A Federação compunha-se de 20 Estados, com plena autonomia. O Poder Legislativo era exercido pelo Senado e pela Câmara, cujos membros seriam eleitos pelo povo. O Poder Judiciário, na sua instância mais alta, teria como órgão o Supremo Tribunal Federal. Os direitos e garantias individuais incluíam o voto dos alfabetizados, aos 21 anos. Os Constituintes elegeram Deodoro da Fonseca, para ocupar a Presidência; a Floriano Peixo-

to coube a Vice-Presidência. Em seguida os Constituintes passaram a integrar a Câmara dos Deputados e o Senado.

Não aceitando certas medidas dos Congressistas, inclusive uma lei referente à responsabilidade do Presidente, Deodoro dissolveu o Congresso. Imitava Pedro I.

Sob a Chefia do Alte. Custódio José de Melo rebela-se a Armada, ameaçando bombardear a Capital. Deodoro, querendo evitar derramamento de sangue, renuncia, passando o governo a Floriano Peixoto que logo enfrentou a oposição dos que desejavam nova eleição.

A situação mais grave para o governo de Floriano apresentava-se no Rio Grande do Sul, onde Gumercindo Saraiva organizara um Exército Libertador. A luta se prolonga e é desgastante. A Marinha novamente se rebela e entra na contenda para depor Floriano. A Esquadra estabelece junção, no Paraná, com as forças que vinham do sul. Não obstante, na Lapa, o Cel. Gomes Carneiro, com bravura e o sacrifício de sua vida, detém os revoltosos. O Alte. Custódio de Melo não consegue apossar-se do porto do Rio Grande. O encouraçado "Aquidaban" é torpedeado. A luta fratricida torna-se sanguinolenta e cruel e só chega ao seu término no governo Prudente de Moraes.

Porém o novo regime exigia mais sangue para consolidar-se. O abandono em que vivia o interior do País, onde imperavam a ignorância, a miséria e o fanatismo deu origem aos cruentos e lamentáveis acontecimentos de Canudos.

Em 1893, o beato Antônio Conselheiro viu nascer um povoado, isolado, no sertão, que rápida e desordenadamente cresceu. Procurando reprimir os desmandos que se cometiam em seu derredor um destacamento policial foi sacrificado. Resolveu, então. o governo da Bahia restabelecer a ordem e solicitou o apoio do Exército. Assim, deslocou-se o Ten. Pires Ferreira, por via férrea, para Juazeiro e, em marcha forçada, alcançou Uáuá, onde foi atacado por 500 jagunços. A muito custo conseguiu retrair-se.

Tenta-se nova investida. A coluna Maj. Febrônio de Brito, com 600 homens, conseguiu progredir, lutando bravamente mas, depois de chegar a Canudos, foi obrigada a retirar-se.

Organiza-se, com mais cuidado, a expedição Moreira César, enquadrando efetivo das três Armas, a qual chega a Monte Santo, avança até Canudos e ataca. A tropa perde-se no emaranhado dos casebres. Moreira César ferido, a tropa recua em grande confusão. Decide-se a retirada. Iniciado o movimento, o assalto inesperado dos jagunços provoca o pânico e a debandada das unidades, exceto da artilharia, sendo a perseguição levada até Rosário.

A repercussão do desastre abalou a opinião pública que já começava a ver na rebelião dos fanáticos um movimento de restauração da Monarquia. Prepara-se a expedição Artur Oscar. Duas colunas deveriam atacar Canudos, apoiadas em postos de abastecimento previamente instalados. A tropa avançou, sempre inquietada pelos jagunços. Atuando simultaneamente, em movimento convergente, as colunas com muito sacrifício atacaram. E continuaram atacando em dias sucessivos até a destruição total do arraial. De seus habitantes só escaparam velhos, mulheres e crianças, esfarrapados e famintos. De seus combatentes, só quatro bravos, um ainda criança, restavam e lutaram até a morte. A guerra de Canudos custara a vida de cinco mil brasileiros.

A inquietação ameaçava a consolidação da República. E não se realizava o esperado milagre das profundas mudanças sociais, políticas, econômicas e administrativas. Os Estados adquiriram autonomia e poder. Agravava-se a situação com a deturpação de certos costumes e procedimentos éticos. Aos poucos foi se abrindo um fosso entre determinados elementos civis e grupos militares fortemente inspirados no positivismo. A classe política se desgastando, sem conseguir impor-se. O militarismo ressurgindo de tempos em tempos.

E não se lutou apenas no sul e em Canudos. Lutou-se em Mato Grosso (Revolução de 1906), no Ceará (Revolução de Juazeiro, de 1910), na Bahia (Revolução Sertaneja, de 1919), em Santa Catarina e no Paraná (Campanha do Contestado, de 1912-15).

Deodoro da Fonseca – (1889-91). Proclamou a República, presidiu o Governo Provisório, conduziu a transição do regime, deixou a Constituição de 1891, dissolveu o Congresso. Renunciou para evitar o derramamento de sangue.

Floriano Peixoto – (1891-94). Substituiu Deodoro, na qualidade de Vice-Presidente. Anulou o Decreto de dissolução do Congresso. Não aceitou a realização de novas eleições. Agindo com energia, enfrentou a Revolução federalista, sufocou levantes, deportou generais, depôs governadores. Recebeu a alcunha de "Marechal de Ferro". É, sem dúvida, o consolidador da República.

Prudente de Moraes – (1894-98). Em carro de aluguel chegou ao Senado para prestar juramento e sozinho desceu no Itamarati, para assumir suas funções. A inquietação chegou ao auge com a Campanha de Canudos. Lutou e conseguiu a anistia, que considerava necessária para governar e pacificar a Nação. Afastou-se doente, mas retornou à Presidência. Fechou as Escolas Militares do Rio de Janeiro e do Ceará. Sofreu um atentado no qual perdeu a vida seu Ministro da

Guerra. Ganhou grande popularidade ao final de seu governo.

Campos Sales – (1898-1902). Assumiu a Presidência num clima de maior estabilidade das instituições. Estabeleceu a "Política dos Governadores" e, com esse apoio conseguiu um governo forte. Dedicou-se ao restabelecimento do equilíbrio financeiro, com Joaquim Murtinho, e da ordem pública em Mato Grosso.

Rodrigues Alves – (1902-06). Realizou excelente governo, com sua reforma administrativa. Obteve grande sucesso no campo da saúde pública, combatendo a febre amarela e a varíola, o que reverteu em favor do progresso do País. Notabilizaram-se por sua atuação: Oswaldo Cruz, Pereira Passos, Barão do Rio Branco, Leopoldo de Bulhões e Lauro Muller. Mesmo assim, registraram-se: levante na Escola Militar e perturbações da ordem em Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Sergipe e Goiás.

Afonso Pena – (1906-09). Deu continuidade ao programa de desenvolvimento e progresso do País, sendo de notar a construção de portos e estradas de ferro. Teve grande incremento o programa de colonização estrangeira. Os acontecimentos políticos foram marcados pela oposição de Pinheiro Machado, que apoiava a candidatura do Ministro da Guerra. O Exército foi reorganizado e a Marinha recebeu novos navios.

Nilo Peçanha – (1909-10). Com a morte de Afonso Pena, assumiu e completou o período de governo, presidindo a eleição de seu substituto. Em 17 meses, fez uma excelente administração.

Hermes da Fonseca – (1910-14). Logo enfrentou os levantes da Esquadra e do Batalhão Naval exigindo o fim dos castigos corporais. A disciplina só se restabeleceu quando a autoridade passou a agir com muita energia. Na política interna, onde ainda atuava Pinheiro Machado, o governo iniciou a luta contra as oligarquias estabelecidas nos Estados. Graves acontecimentos ocorreram na Bahia e em Pernambuco, tendo a luta se travado nas Capitais, visando a deposição dos governos. No Ceará, a revolta de Juazeiro terminou com a intervenção federal e a demissão do governo que derrubara a oligarquia dos Aciolis. Outras agitações tiveram lugar no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pará, Alagoas e Sergipe. A impopularidade e o descrédito chegaram ao auge.

Wenceslau Braz – (1914-18). No cenário político o desaparecimento de Pinheiro Machado trouxe tranqüilidade ao governo. Mas, a Campanha do Contestado, conseqüente de uma questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina e do fanatismo religioso, em torno dos "monges" João Maria e depois José Maria custou muitas vidas e

só terminou com a tomada do reduto de Santa Maria, na zona contestada. Enfrentou as dificuldades decorrentes da 1ª Grande Guerra, na qual terminou o Brasil por abandonar sua neutralidade e formar ao lado dos Aliados. Para a Europa seguiram observadores militares e uma Divisão Naval que, em Dacar, foi atacada pela gripe espanhola; a epidemia chegou ao Brasil. Foi afinal promulgado o Código Civil Brasileiro.

Delfim Moreira – (1918-19). Assumiu interinamente o governo, na qualidade de Vice-Presidente, em conseqüência do falecimento do candidato eleito. Um acordo entre os grandes Estados (em número de eleitores) Minas e São Paulo, traçou o destino político da República, no revezamento do poder. Do acordo surgiu um terceiro nome capaz de derrotar Rui Barbosa, oposicionista.

Epitácio Pessoa – (1919-22). Reformou o Exército com o apoio do seu Ministro Pandiá Calógeras. Iniciou a grande obra de amparo ao Nordeste, criando a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Revogou o banimento da Família Imperial e repatriou os restos mortais de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina (9 jan 21). Criou a primeira Universidade. Realizou a grande Exposição do Centenário da Independência. A dificuldade do problema sucessório redundou na Revolução de 1922, que glorificou os 18 do Forte de Copacabana.

Artur Bernardes – (1922-26). Governou sob a vigência do Estado de Sítio. A insatisfação com o resultado das eleições e os conchavos políticos provocaram manifestações de desagrado que resultaram nas Revoluções de 1923 (R. G. Sul) e 1924 (S. Paulo) quando a capital paulista permaneceu 23 dias sob o domínio dos rebeldes. Do Rio Grande do Sul saía a semente da Coluna Prestes que haveria de percorrer o Brasil em desafiante ação revolucionária. O idealismo das novas gerações escolhia, assim, a maneira de manifestar-se. A reforma da Constituição de 1891 teve apenas o caráter centralizador, deixando de lado o problema social, que já despontava com muita força.

Washington Luis – (1926-30). Eleito sem opositores, não pôde completar sua reforma financeira, em face da grande crise mundial de 1929, que afetou nossa economia e provocou a queda do preço do café. Mais uma vez os conchavos políticos, os interesses e ambições desencadeados com o problema sucessório precipitaram os acontecimentos e provocaram a Revolução de 1930. Era a vez de Minas indicar o candidato, mas o Presidente preferia um substituto paulista. Minas não abria mão de seu candidato Antônio Carlos mas, diante das circunstâncias incentivava a formação da Aliança Liberal. Exaltam-se os ânimos. Luta-se na Paraíba, enquanto o candidato do Governo, Jú-

lio Prestes, já eleito, viaja para os Estados Unidos. Conspira-se nos quartéis e entre os civis e exilados, todos inconformados com a derrota de Getúlio Vargas e João Pessoa. O assassinato deste, a 26 de julho, precipita os acontecimentos. A 3 de outubro rompe a Revolução no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, arrastando vários Estados. A 24, no Rio de Janeiro, uma Junta Governativa, destitui o Presidente.

Junta Governativa Provisória – (out. 1930). Constituída dos Gens. Tasso Fragoso, Mena Barreto e Alte. Isaías Noronha, assumiu o Governo até a chegada das tropas revolucionárias que convergiam sobre o Rio de Janeiro, o que ocorreu a 31 de outubro. Ultimam-se os preparativos para a posse do Governo Revolucionário, chefiado por Getúlio Vargas ..."presidente dos Estados Unidos do Brasil não reconhecido e esbulhado por ato de prepotência", (3 de novembro).

Getúlio Vargas – (1930-34). Investiu-se na Presidência da República ..."como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do Povo". Seguiram-se as deposições dos Governadores dos Estados, das autoridades federais, estaduais e municipais; o fechamento do Congresso Nacional, das Assembléias Estaduais e das Câmaras Municipais. Para os Estados foram nomeados Interventores. A organização do Ministério contou com militares da Junta e nomes novos e de nomeada. Mas, havia insatisfação e pressa em retornar à legalidade; São Paulo exige uma Constituinte e em torno desse ideal rebela-se, em 1932. Foram quase três meses de luta fratricida, na qual os revoltosos, sob o comando do Gen. Bertoldo Klinger, realizaram a mobilização do seu parque industrial e, as tropas legalistas, comandadas pelo Gen. Goes Monteiro, cercaram o Estado, que não contou com as prometidas adesões.

A Constituição promulgada a 16 de julho de 1934, apresentava inovações nos campos social, trabalhista, econômico, cultural e da segurança nacional. Criava a representação sindical, no Congresso, e estabelecia o Salário Mínimo para o trabalhador.

Getúlio Vargas – (1934-37). Eleito pela Constituinte, assumiu a Presidência da República. A inquietação política, a insatisfação social, a multiplicidade de correntes ideológicas, desencadearam paixões e movimentos partidários, dando lugar a agremiações radicais de esquerda (comunistas) e de direita (integralistas), tal como ocorreria na Europa. A tentativa comunista de tomada do poder pela força, com a eclosão de revoltas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, em novembro de 1935, foi dominada pelas Forças Armadas, elas próprias infiltradas de elementos extremistas. O clima de inquietação se generalizava. O problema sucessório aproximava-se.

Getúlio Vargas – (1937-45). Para fazer face à desordem, o Congresso concedeu o Estado de Guerra, que suspendia as garantias constitucionais, em caso de ameaça à segurança nacional. Aos poucos desapareceu a oposição. No panorama internacional, impunham-se os governos fortes, ditatoriais. A luta pela sucessão tomava aspectos delicados, com a ameaça dos "provisórios" gaúchos, afinal afastados com a deposição de Flores da Cunha. O "Plano Cohen", largamente difundido, tratava de uma suposta dominação do Brasil pelos comunistas. Estava preparado o ambiente para um Golpe de Estado, que foi apoiado pelas Forças Armadas, Ministros de Estado e a quase totalidade dos Governadores. Fechado o Congresso e outorgada nova Constituição, a 10 de novembro, foram nomeados Interventores e aumentado o mandato presidencial para 6 anos. No ano seguinte, uma ação em força dos integralistas tentou derrubar Getúlio, atacando sua residência, no Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro.

A situação internacional complicava-se e o mundo se encaminhava para um conflito entre as grandes potências. Rompidas as hostilidades na Europa, a 1º de setembro de 1939, prolongou-se a luta por 6 anos e nela acabaríamos por envolver-nos. As Forças Armadas empenharam-se com muito sacrifício e pobreza de meios, na defesa do nosso litoral e águas territoriais. Para lutar na Itália, foram enviados uma Força Expedicionária e um Grupo de Aviação. Pela primeira vez na História, uma tropa brasileira atravessava o Atlântico. O conflito, que se estendera até o Oriente, findou com o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão, a 6 e 9 de agosto, sendo a capitulação assinada a 2 de setembro de 1945.

Finda a guerra, com a vitória sobre os nazi-fascistas na Europa e o regresso das forças que os haviam combatido, não poderia permanecer o mesmo governo totalitário representado pelo Estado Novo. Preparava-se a campanha sucessória. Temia-se novo golpe, pois já se falava em "Constituinte com Getúlio". Articularam-se os Generais e as forças políticas. Getúlio foi deposto e, em seu lugar, empossado o mais alto representante da Justiça.

José Linhares – (1945-46). Assumiu a Presidência, na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal. Nomeado seu Ministério, tratou logo de realizar as eleições, já marcadas, para Presidente da República e para a Assembléia Nacional Constituinte. Terminado o pleito, entregou o cargo ao eleito.

Eurico Dutra – (1946-51). Começou seu mandato coincidentemente com os trabalhos da Constituinte. Governou com segurança e imparcialidade, sem afastar-se da nova Constituição. A Assembléia

dividiu-se em Câmara e Senado. Os Estados aprovaram suas Constituições e elegeram seus Governadores e os Prefeitos dos Municípios. Aos poucos o País se recuperou do esforço de guerra e conquistou a paz interna necessária ao seu desenvolvimento. As eleições se processaram tranqüilas, gozando os candidatos de plena liberdade.

A nova Constituição, promulgada a 18 de setembro de 1946, dispensava especial cuidado à organização e atribuições da União, Estados e Municípios. Quanto aos três Poderes, com algumas inovações, seguia a linha tradicional das Constituições anteriores. Criava o voto aos 18 anos, para ambos os sexos.

Getúlio Vargas – (1951-54). Voltou ao Poder amparado, pela primeira vez, no sufrágio popular. Os tempos haviam mudado; muitos hábitos, também. A oposição se mostrava aguerrida e se amparava numa imprensa não menos violenta. Às escondidas do Presidente ocorreu uma tentativa contra a vida de Carlos Lacerda, político e jornalista, na calada da noite, resultando daí a morte de um Oficial da Aeronáutica que o acompanhava na ocasião. O caso foi explorado pela oposição que incentivava o espírito de classe dos militares. O inquérito se processou na Base Aérea do Galeão. Era grande a exaltação da opinião pública e os Ministros militares sugeriram ao Presidente seu afastamento temporário. Getúlio pareceu concordar mas, contrariando as expectativas, suicidou-se, deixando uma carta. Seu enterro arrastou multidões.

Café Filho – (1954-55). Na qualidade de Vice-Presidente, assumiu o Governo e tratou de realizar as eleições. Foi eleito, sem obter a maioria absoluta de votos, o mineiro Juscelino Kubitscheck. A política fervia. Alegando motivo de saúde, afastou-se o Vice-Presidente. Assumiu Carlos Luz, Presidente da Câmara. Na ocasião, as correntes legalista e golpista abrigavam os que eram a favor ou contra a posse dos eleitos. O Ministro da Guerra, Mar. Teixeira Lott, não obteve a concordância de Luz para punir um oficial que fizera um discurso político. Era o choque das duas correntes. Lott retira-se demissionário, com o que não concordam os generais. Carlos Luz, acusado de golpista, é destituído a 11 de novembro; tentou resistir, embarcando no "Cruzador Tamandaré" e deixando a Guanabara. O Congresso declarou seu impedimento e empossou o Vice-Presidente do Senado, Nereu Ramos. Café Filho quis, então, reassumir a Presidência da República mas, sem apoio político nem militar foi, também, impedido pelo Congresso. A 31 de janeiro, tomava posse o Presidente eleito.

Juscelino Kubitscheck – (1956-61). Assumiu a Presidência e logo pediu a suspensão do Estado de Sítio. Por duas vezes oficiais da

Aeronáutica se insubordinaram e chegaram a fugir com seus aviões. Foram anistiados. Seu desejo era realizar um governo de "50 anos em cinco", promovendo grande desenvolvimento do País. Mudou a Capital do Rio de Janeiro para Brasília, cidade para isto especialmente construída, em Goiás, como se desejava desde o Império e como previa a Constituição Republicana de 91. A velha Capital se transformou em Estado da Guanabara, mais tarde anexado ao Estado do Rio de Janeiro. A nova Capital foi inaugurada a 21 de abril de 1960. Indústrias, estradas e muitas outras realizações ocasionaram grandes gastos e descontrolado aumento da inflação. Juscelino não procurou fazer seu sucessor, preferindo postar-se como um magistrado no pleito que se avizinhava, almejando voltar ao poder em 65. Foi o seu erro.

Jânio Quadros – (1961). Eleito por maciça votação e apoio popular, assumiu a Presidência cercado de muitas esperanças do povo. Sem um plano estabelecido tentou governar através de Decretos e em franca oposição ao Congresso, onde não procurou apoio político. Desorientado e sem confessar seus objetivos, abandonou inesperadamente Brasília e voou para Cumbica, em São Paulo, deixando apenas uma carta de renúncia ao cargo. João Goulart, o Vice-Presidente, encontrava-se no exterior e contra sua posse manifestaram-se os Ministros militares. Assumiu o Governo o Presidente da Câmara, Ranieri Mazili, enquanto o Congresso buscava uma solução para a crise política que terminou com o estabelecimento do sistema Parlamentarista de Governo.

João Goulart – (1961-64). Parlamentarismo e Presidencialismo. Assumiu a Presidência tendo o Congresso aprovado a indicação dos Ministros e de Tancredo Neves, para o Conselho de Ministros. Na substituição deste, mais tarde, o nome de San Tiago Dantas não mereceu aprovação. Indicado Auro de Moura Andrade teve seu nome aprovado pelo Congresso mas não conseguiu organizar seu Ministério. O Congresso aprova, então, o nome de Brochado da Rocha que se esforçou por antecipar o plebiscito previsto no Ato Adicional para aprovação ou rejeição do Parlamentarismo. A 6 de janeiro de 63, Hermes Lima, seu sucessor conseguiu derrubar o novo sistema, restabelecendo o Presidencialismo. Era grande a agitação política. Em Brasília, ocorreu um levante de Sargentos, prontamente dominado, tendo por motivação o voto dos subalternos, cujo direito não fôra reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal. Amiudavam-se as greves. Esboçava-se a divisão das Forças Armadas. Neste clima, partiu agressivamente o Presidente para a implatação de suas Reformas de Base, visando à radical mudança do regime. O Comício da Central do Brasil, reuniu

perto de cem mil operários e "pelegos". Reagiu a opinião pública. As mulheres paulistas foram às ruas protestar contra o rumo dos acontecimentos, que se precipitavam. Cerca de 1.400 marinheiros e fuzileiros navais amotinaram-se e se refugiaram no Sindicato dos Metalúrgicos. Só voltaram aos seus navios depois da certeza de que não seriam punidos. E não o foram. No dia 30 reuniram-se os sargentos em grande assembléia, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Às palavras inflamadas dos graduados, respondeu João Goulart com um discurso demagógico, arrogante e provocativo, atacando o regime e prometendo realizar as reformas com o apoio dos sargentos. Era a marcha para a sua República sindicalista. Mas, de Minas Gerais, partiu a reação militar, contando com a colaboração do governo e do povo. Logo se tornou vitoriosa a Revolução de 31 de março de 1964. Goulart deixou o País, e na madrugada de 2, declarou o Congresso a vacância do cargo. Assumiu a Presidência o Presidente da Câmara, Ranieri Mazili.

Alto Comando Revolucionário – (1964). Gen. Costa e Silva, Alte. Augusto Rademaker e Brig. Correa de Melo editaram, a 9 de abril, o Ato Institucional, suspendendo as garantias constitucionais e legitimando o Congresso Nacional. Baseadas nesse Ato executaram-se muitas cassações de direitos políticos e o Congresso elegeu o Presidente da República, que, a 15 de abril, tomou posse.

Castelo Branco – (1964-67). Por força do Ato Institucional foram cassados os mandatos de alguns governantes e congressistas; suspensos os direitos políticos de três ex-Presidentes e de centenas de civis e militares envolvidos em subversão e corrupção. Realizou-se com sucesso a ação do governo no setor econômico-financeiro. Por Emenda Constitucional foi o mandato presidencial prorrogado por um ano. Houve intervenção em Goiás e ação antiguerrilha rural na região serrana do sul. Processaram-se as eleições estaduais. O Congresso promulgou nova Constituição, incluindo as formulações revolucionárias, como a eleição indireta, iniciativa de reforma da Constituição e outras.

Costa e Silva – (1967-69). Eleito pelo Congresso Nacional tomou posse a 15 de março de 67 e logo se deparou com um movimento de oposição articulado numa "Frente Ampla", reunindo cassados e descontentes. Agitavam-se os estudantes, movimentavam-se os terroristas. Costa e Silva tentou agir dentro da Constituição, mas não encontrou apoio no Congresso. Recorreu ao arbítrio com o Ato Institucional nº 5 e restabeleceu o espírito da Revolução que começava a ser contestado. O Congresso foi posto em recesso e novos Atos Institucionais restabeleceram as cassações. Sete Assembléias Legislativas

entraram em recesso forçado. Continuavam os assaltos a bancos, indústrias e quartéis, visando a angariar fundos e armas. Gravemente enfermo, foi o Presidente substituído.

Junta Militar – (1969). Assumem o governo os Ministros das Pastas Militares: Alte. Augusto Rademaker, Gen. Lira Tavares e Mar. do Ar Souza Melo, numa gestão de dois meses. Prosseguem os assaltos e seqüestros, sendo o Embaixador dos Estados Unidos uma das vítimas. O Ato Institucional nº 16 declarava a vacância da Presidência e da Vice-Presidência e convocava o Congresso para a eleição e posse do Presidente escolhido pelos militares, com apoio da Arena. Em 17 de outubro foi outorgada nova Constituição ou Emenda nº 1, como foi conhecida oficialmente. Haveria de permanecer em vigor, mantendo os Atos Institucionais e recebendo mais de duas dúzias de emendas, até o período de transição.

Garrastazu Médici – (1969-74). Passou a governar com o mandato de cinco anos. Enfrentou com energia a onda de assaltos, de seqüestros de aviões, de raptos do Cônsul do Japão e dos Embaixadores da Alemanha e da Suiça. Ao fim de um ano o País estava voltando à normalidade e iniciando fase de grande desenvolvimento e relativa prosperidade. Acudiu o Nordeste na grande seca de 1970, inaugurou trecho da Transamazônica e a ponte Rio-Niterói. Dominou a perigosa guerrilha do Araguaia.

Ernesto Geisel – (1974-79). Desde logo prometeu realizar a redemocratização, por meio de uma distensão lenta, gradual e segura. Por vezes ainda aplicou o AI-5. Teve amplo desenvolvimento a política exterior, destacando-se o reatamento das relações com a China e a Rússia, o reconhecimento do governo de Angola e a condenação do sionismo. Começou a afetar-nos a crise do petróleo. Decretou o recesso parlamentar e outorgou a reforma do Poder Judiciário e outras consubstanciadas na Emenda Constitucional nº 8 e seis Decretos-Leis. Reabriu o Congresso. Preparava sua substituição e encontrou oposição na própria Força Armada, sendo levado a demitir seu Ministro do Exército. As candidaturas do Sen. Magalhães Pinto e do Gen. Euler Bentes não vingaram. Instala-se o Estado de Mato Grosso do Sul. Revogam-se os banimentos de políticos. É constituída a Companhia Hidrelétrica de Itaipu, binacional. Por fim revogado o AI-5, sendo substituído por medidas de salvaguarda.

João Figueiredo – (1979-85). Assumiu com um mandato de seis anos. Comprometeu-se a fazer do Brasil uma democracia. Combateu a desordem, os protestos, as greves. Adoeceu e foi substituído pelo Vice-Presidente Aureliano Chaves. Ao regressar dos Estados Uni-

dos onde se submeteu a uma operação, reassumiu o governo. Decretou a anistia e permitiu o retorno dos banidos. Acabou com o bipartidarismo. Enfrentou a crise do petróleo e o crescimento da inflação que não conseguiu deter. Não interferiu na eleição de seu substituto e assistiu a vitória da oposição, que levou ao Poder dois velhos políticos.

Tancredo Neves e José Sarney – (1985).

José Sarney – (1985-90). A eleição de Tancredo Neves, político mineiro, encheu de esperanças o povo brasileiro. Adoecendo, não chegou a assumir sua funções, cabendo ao Vice-Presidente substituí-lo. A agitação política, a frustração generalizada, a insegurança, a falta de energia do governo, o descontrole das finanças, a subida desenfreada do custo de vida, o pagamento da dívida externa, tudo isto tornou difícil o período de transição democrática. Perdeu o governante tempo e dispersou oportunidades preocupado com a duração do seu mandato, problema que só seria definido pela nova Constituição, elaborada depois de ano e meio de trabalho e necessitando ainda "45 leis complementares, 198 leis ordinárias e quatro leis orçamentárias" para sua operacionalização. A falta de credibilidade, afetando os planos financeiros, deixou o governo em difícil posição para enfrentar as greves, o equilíbrio dos salários e a tumultuada situação política que se agrava, com a ameaça de uma hiperinflação, às vésperas das eleições presidenciais. É de crise o clima que vive a Nação.

* * *

Em breve resumo palmilhamos com os 28 Presidentes e 3 Juntas de Governo, os quase cem anos de República, regidos por 7 Constituições, 10 vezes emendadas.

A República nasceu de surpresa, sem que a Nação estivesse preparada para a brusca transformação que se operava. Por isto, quando surgiam manifestações de desagrado, procurava-se atuar pela força, sem buscar uma solução política, agravando os descontentamentos.

Vimos Presidentes governando na vigência do Estado de Sítio ou amparados em Atos Institucionais de força. Juntas de Governo pacificadoras ou absolutistas. Congressos impedidos de exercer seu papel de elaborar leis e discutir os atos do Governo. Abusos do poder central. Atos de insubordinação contra o Governo, em quase todos os Estados da Federação. Governantes que se mantiveram no poder até 15 anos. O regime Presidencialista experimentando um curto período Parlamentarista. A eleição indireta substituindo, por vezes, o sufrágio universal.

As Revoluções de cunho civil, militar, ideológico ou fanático-religioso, pontilham a caminhada da República, assinalando os momentos de insatisfação, geradores de conflitos, e a busca de soluções para múltiplos problemas que o Governo não conseguia, nem sabia resolver, e que perduram até nossos dias. Por isso tentamos estabelecer normas referentes ao poder público, à distribuição de atribuições e aos direitos e deveres do cidadão em sete Cartas Magnas, umas proclamadas, outras outorgadas e até uma de caráter totalitário.

Envolvidos pela política partidária ou fiéis ao Governo, nos momentos de crise, de um e outro lado, situam-se os elementos armados. Ora o Exército, ora a Marinha, por vezes os dois, já agora reforçados pela Aeronáutica, são arrastados por seu idealismo. Mas a culpa pelas sucessivas manifestações, ou melhor, pelas rotineiras intervenções dos elementos militares não só a estes deve ser imputada. Ao seu redor, no seu interior, infiltrados, estão os elementos civis, os políticos profissionais, movidos, também, por idealismo e pureza de sentimentos, ou, simplesmente, por sua ambição sem limites.

A luta pelo Poder e a hegemonia procurada pelos Estados ricos ou de numeroso eleitorado, tem sido causa constante de nossa instabilidade política. A força empregada para corrigir situações de crise é uma ação pronta, mas de resultados limitados ou passageiros. O mal não está nas Instituições e sim na falta de educação das classes dominantes. Mudam-se governos e governantes e, em pouco tempo, ressurgem as mesmas pessoas, os mesmos nomes, os mesmos caracteres, em busca de acomodações e de privilégios ou vantagens perdidos.

E continua o desrespeito à coisa pública, o empreguismo familiar, a impunidade, a comercialização do voto sob os mais abjetos pretextos.

Todo esse problema se agrava com o surgimento de mais um elemento complicador – o poder econômico – quase sempre dissimulado, por vezes claramente identificável. Capitalistas, banqueiros, industriais e até multinacionais com os seus "lobbies" e grupos de pressão, financiam partidos e candidatos. Oportunistas, de consciência larga e muita imaginação, adaptam-se às situações ou as provocam, com objetivos excusos, sempre visando a seus altos lucros e interesses.

Longe de tudo, indiferente ou impotente, está o povo. Aquele mesmo que assistiu a queda da Monarquia. Entra e sai Governo, passam as Revoluções. Sua vida rotineira sofre o impacto das medidas dos governos que nunca alcançam beneficiar sua terra, seu lar, sua pobreza, sua ignorância. Algumas vezes instigado ou arrastado pelo fanatismo, reage, luta bravamente e é miseravelmente esmagado. No

final destes cem anos de República estamos assistindo o despertar das massas, nas cidades e nos campos. Para onde se dirigirão ou para onde serão orientadas? Esta a grande incógnita, o grande desafio, neste fim de século, para a República Federativa do Brasil.